VI

As sociedades contemporâneas

Capítulo 64

A Revolução Francesa

A Revolução Inglesa do século XVII marca o início da Era das Revoluções Burguesas, na medida em que cria condições para o desenvolvimento acelerado do capitalismo. À Revolução Francesa, cabe definir o perfil ideológico desses movimentos, por seu caráter liberal e democrático.

Para muitos historiadores, a Revolução Francesa faz parte de um movimento revolucionário global, atlântico ou ocidental, que começa nos Estados Unidos em 1776, atinge Inglaterra, Irlanda, Holanda, Bélgica, Itália, Alemanha, Suíça e, em 1789, culmina na França com violência maior. O movimento passa a repercutir em outros países europeus e volta à França em 1830 e 1848. Há traços comuns em todos esses movimentos, mas a Revolução Francesa tem identidade própria, manifestada na tomada do poder pela burguesia, na participação de camponeses e artesãos, na superação das instituições feudais do Antigo Regime e na preparação da França para caminhar rumo ao capitalismo industrial.

1. A pré-revolução

A França era ainda um país agrário em fins do século XVIII. Novas técnicas de cultivo e novos produtos melhoraram a alimentação, e a população aumentou. O início de industrialização já permitia a redução de preços de alguns produtos, estimulando o consumo.

A burguesia se fortaleceu e passou a pretender o poder político e a discutir os privilégios da nobreza. Os camponeses possuidores de terras queriam libertar-se das obrigações feudais devidas aos senhores. Dos 25 milhões de franceses, 20 milhões viviam no campo. A população formava uma sociedade de *estamentos* (formas de estar), resquício da Idade Média. Mas já se percebia uma divisão de classes. O *clero*, com 120 000 religiosos, dividia-se em alto clero (bispos e abades com nível de nobreza) e baixo clero (padres e vigários de baixa condição); era o primeiro estado. A *nobreza* constituía o segundo estado, com 350 000 membros; os palacianos viviam de pensões reais e usufruíam de cargos públicos; os provinciais viviam no campo, na penúria. A *nobreza de toga*, constituída de gente oriunda da burguesia, comprava seus cargos. O terceiro estado compreendia 98% da população: *alta burguesia*, composta por banqueiros, financistas e grandes empresários; *média burguesia*, formada pelos profissionais liberais, os médicos, dentistas, professores, advogados e outros; *pequena burguesia*, os artesãos, lojistas; e o *povo*, camada social heterogênea de artesãos, aprendizes e proletários. As classes populares rurais completavam o terceiro estado; destacavam-se os *servos* ainda em condição feudal (uns 4 milhões); mas havia *camponeses* livres e semilivres.

O terceiro estado arcava com o peso de impostos e contribuições para o rei, o clero e a nobreza. Os privilegiados tinham isenção tributária. A principal reivindicação do terceiro estado era a abolição dos privilégios e a instauração da igualdade civil.

No plano político, a revolução resultou do absolutismo monárquico e suas injustiças. O rei monopolizava a administração; concedia privilégios; esbanjava luxo; controlava tribunais; e condenava à prisão na odiada fortaleza da

Bastilha, sem julgamento. Incapaz de bem dirigir a economia, era um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

O Estado não tinha uma máquina capaz de captar os impostos, cobrados por arrecadadores particulares, que espoliavam o terceiro estado. O déficit do orçamento se avolumava. Na época da revolução, a dívida externa chegava a 5 bilhões de libras, enquanto o meio circulante não passava da metade. Os filósofos iluministas denunciaram a situação. Formavam-se clubes para ler seus livros. A burguesia tomava pé dos problemas e buscava conscientizar a massa, para obter-lhe o apoio.

As condições estavam postas; faltava uma conjuntura favorável para precipitar a revolução.

2. A revolta aristocrática

A indústria sofreu séria crise a partir de 1786. Um tratado permitiu que produtos agrícolas franceses tivessem plena liberdade na Inglaterra em troca da penetração de produtos ingleses na França. A principiante indústria francesa não agüentou a concorrência.

A seca de 1788 diminuiu a produção de alimentos. Os preços subiram e os camponeses passavam fome. Havia miséria nas cidades. A situação do tesouro piorou depois que a França apoiou a Independência dos Estados Unidos, aventura que lhe custou 2 bilhões de libras. O descontentamento era geral. Urgiam medidas para sanear o caos. Luís XVI encarregou o ministro Turgot de realizar reformas tributárias, mas os nobres reagiram e ele se demitiu. O rei então indicou Calonne, que convocou a *Assembléia dos Notáveis*, de nobres e clérigos (1787). O ministro propôs que esses dois estados abdicassem dos privilégios tributários e pagassem impostos, para tirar o Estado da falência. Os nobres não só recusaram como provocaram revoltas nas províncias onde eram mais fortes.

O novo ministro, Necker, convenceu o rei a convocar a *Assembléia dos Estados Gerais*, que não se reunia desde 1614. O objetivo era fazer o terceiro estado pagar os impostos. As eleições, em abril de 1789, coincidiram com as revoltas geradas pela péssima colheita desse ano. Em Paris, os panfletos dos candidatos atacavam os erros do Antigo Regime e agitavam os *sans-culottes*, isto é, os sem-calções, em alusão à peça de roupa dos nobres, que os homens do povo não usavam. Os nobres eram cerca de 200 000 numa Paris com 600 000 habitantes.

Em maio de 1789, os Estados Gerais se reuniram no Palácio de Versalhes pela primeira vez. O terceiro estado foi informado de que os projetos seriam votados em separado, por estado. Isto daria vitória à nobreza e ao clero, sempre por 2 a 1. O terceiro estado rejeitou a condição. Queria votação individual, pois contava com 578 deputados, contra 270 da nobreza e 291 do clero, ou seja, tinha maioria absoluta. E ainda contava com os votos de 90 deputados da nobreza esclarecida e 200 do baixo clero.

3. A revolução burguesa

Reunindo-se em separado em 17 de junho de 1789, o terceiro estado se considerou *Assembléia Nacional*. Luís XVI, pretextando uma reforma na sala, dissolveu a reunião. Os deputados do terceiro estado foram então para a sala de Jogo da Péla, onde receberam adesão de parte do clero e de nobres influenciados pelo Iluminismo. O rei não teve alternativa senão aceitar a Assembléia Nacional.

Os fatos se desenrolaram com rapidez, como se algumas décadas fossem comprimidas em algumas semanas.

9 de julho – Proclamou-se a *Assembléia Nacional Constituinte*. Os deputados juraram só se dispersar depois de dar uma Constituição à França. Luís XVI procurava ganhar tempo, enquanto reunia tropas.

12 de julho – Necker se demite. Aumenta a tensão.

13 de julho – Forma-se a *milícia de Paris*, organização militar-popular. O povo armazena armas e prepara barricadas.

14 de julho – O povo toma a Bastilha. A explosão revolucionária alastra-se por todo o país. No campo, a violência é maior. Procurando destruir o jugo feudal, camponeses saqueiam as posses da nobreza, invadem cartórios e queimam títulos de propriedade. Correm

boatos de que bandidos aliciados pelos senhores vão atacar os camponeses, gerando o *grande medo*.

4 de agosto – A Assembléia Constituinte inicia reunião em que, para conter o movimento, os deputados aprovam a abolição dos direitos feudais: as obrigações devidas pelos camponeses ao rei e à Igreja são suprimidas; as obrigações devidas aos nobres devem ser pagas em dinheiro.

26 de agosto – É aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. De inspiração iluminista, o documento defende o direito à liberdade, à igualdade perante a lei, à inviolabilidade da propriedade e o direito de resistir à opressão. Na sessão que votou o direito de veto (poder concedido ao rei de vetar decisões da Assembléia), os aristocratas sentam-se à direita do presidente; os democratas, à esquerda. Tal fato deu origem à separação que chega aos dias de hoje, entre direita e esquerda na política.

O rei se recusou a aprovar a Declaração e a massa parisiense revoltou-se novamente. Foram as *jornadas de outubro*: o Palácio de Versalhes foi invadido e o rei obrigado a morar no Palácio das Tulherias, em Paris.

Em 1790, foi aprovada a *Constituição Civil do Clero*. Estabelecia que os bens eclesiásticos seriam confiscados para servir de lastro à emissão dos *assignats* (bônus do Estado) e os padres passariam a ser funcionários do Estado. Muitos aceitaram e juraram fidelidade à Revolução, desobedecendo ao papa, que já se manifestara contra. Outros, os *refratários*, emigraram e deram início às agitações contra-revolucionárias nas províncias.

A *Constituição* ficou pronta em 1791. O poder executivo caberia ao rei, e o legislativo, à Assembléia. O trono continuava hereditário e os deputados teriam mandato de dois anos. Só seria eleitor quem tivesse um mínimo de riqueza. Foi abolido o feudalismo. Foram suprimidos os privilégios e as antigas ordens sociais, com a proclamação da igualdade civil. Reorganizou-se e descentralizou-se a administração. Foram confirmadas a nacionalização dos bens eclesiásticos e a Constituição Civil do Clero. Foi mantida a escravidão nas colônias.

Luís XVI, em contato com outros soberanos absolutos, julgou o momento oportuno para escapar e, com apoio estrangeiro e dos emigrados, iniciar a contra-revolução. Fugiu em julho de 1791, mas foi preso em Varennes, recambiado ao Palácio e mantido sob vigilância.

O êxito da Revolução estimulou movimentos na Holanda, Bélgica e Suíça. Na Itália, Inglaterra, Irlanda, Alemanha e Áustria, simpatizantes organizaram demonstrações de apoio. Os déspotas esclarecidos sustaram as reformas e se reaproximaram da aristocracia. Escritores reacionários defendiam a idéia de uma contra-revolução. As potências européias, de início indiferentes, uniram-se. A ameaça de invasão da França aumentou, o que tornou inevitável a radicalização interna da Revolução.

A unidade inicial entre *patriotas* contra os *aristocratas* desapareceu, dando origem a complexa composição político-partidária. Os *girondinos*, representantes da alta burguesia, defendiam as posições conquistadas e evitavam a ascensão da massa de *sans-culottes*; os *jacobinos*, representando a pequena e média burguesia, constituíam o partido mais radical, ainda mais sob a liderança de Robespierre, que buscava o apoio dos *sans-culottes*; os *cordeliers*, independentes liderados por La Fayette, procuravam ficar no centro e oscilavam entre os *feuillants*, à direita, e os jacobinos, à esquerda.

Os girondinos tinham a maioria e o apoio do rei, que neles confiava para conter o avanço revolucionário. Graças a isto, o rei conseguiu vetar o projeto que deportava os refratários e convocava o exército para enfrentar os inimigos da Revolução, cada vez mais ativos fora da França.

Os inimigos, representados pelo exército austro-prussiano e pelo exército de emigrados, comandados pelo duque prussiano Brunswick e apoiados secretamente por Luís XVI, invadiram a França. Radicalizou-se a posição contra os nobres, considerados traidores. A massa parisiense, mais forte politicamente, apoiando os jacobinos e liderada por Danton e Marat, atacou os aristocratas nas prisões: foi o *massacre de setembro*.

O exército nacional foi convocado, com apresentação obrigatória de todos os homens válidos. Em 20 de setembro de 1792, os austro-prussianos foram batidos em Valmy. À noite, em Paris, foi proclamada a *República*. O rei, suspeito de traição, aguardaria julgamento.

4. A revolução popular

Uma nova assembléia foi formada, a *Convenção*, que deveria preparar nova Constituição. Os girondinos perderam a maioria para os jacobinos, reforçados pelos *montanheses*, grupo mais radical. Robespierre e Saint-Just lideravam os jacobinos.

O julgamento de Luís XVI abalou a opinião pública européia. Os girondinos trataram de defendê-lo. Saint-Just e Robespierre pediam a condenação. O rei acabou guilhotinado em 21 de janeiro de 1793.

O primeiro ano da República, 1793, foi chamado Ano I, no novo calendário. Uma nova representação tomou posse, eleita por sufrágio universal masculino, o que acentuou seu caráter popular; saíram vitoriosos os jacobinos e a Montanha. Pela nova Constituição, os 750 deputados eleitos escolheriam a mesa dirigente, com funções executivas.

Europa afora, coligavam-se forças absolutistas: Inglaterra, Holanda e Santo Império. A Convenção se defendeu, organizando uma série de instituições: Comitê de Salvação Pública, encarregado de controlar o exército; Comitê de Segurança Nacional, para garantir a segurança interna; Tribunal Revolucionário, encarregado de julgar os contra-revolucionários. Os jacobinos controlavam a Convenção e os principais Comitês.

Começa então o expurgo de adversários. Os girondinos são acusados de partidários do rei e vários vão para a guilhotina. A jovem Charlotte Corday se vinga assassinando o jacobino Marat. Também é guilhotinada. Entramos no período do *Terror*, que se estenderia de junho de 1793 a julho de 1794.

A *Montanha* de Robespierre dirigia essa política. As perseguições se espalharam. Os *indulgentes* de Danton temiam que a onda os envolvesse. Protestavam e pediam o fim das perseguições. No extremo oposto, os *hebertistas*, seguidores de Hébert, pregavam mais violência.

Robespierre tentava manter-se entre os extremistas da esquerda. Como a pressão popular era grande, fazia concessões: os preços foram tabelados; os exploradores, perseguidos; os impostos sobre os ricos, aumentados; pobres, velhos e desamparados, protegidos por leis especiais; a instrução tornou-se obrigatória; bens de nobres e emigrados foram vendidos para cobrir as despesas do Estado.

As leis sociais provocaram ondas contra-revolucionárias. Sobrevieram medidas drásticas. O Tribunal Revolucionário prendeu mais de 300 000 pessoas e condenou à morte 17 000. Muitos morreram nas prisões esperando julgamento.

O Terror chegou ao auge e atingiu a própria Convenção. Para se manter no poder, Robespierre precisava eliminar toda oposição. Condenou Danton à morte. O radicalismo dos hebertistas igualmente criava problemas, levando-os também à guilhotina.

O sucesso militar diminuiu a tensão interna, e a população passou a desejar o afrouxamento da repressão. Os girondinos, que tinham se isolado durante o Terror para salvar suas cabeças, voltaram à carga. Robespierre não tinha mais a massa parisiense para apoiá-lo, pois havia liquidado seus líderes. Em julho de 1794, ou *9 Termidor* pelo novo calendário, Robespierre e Saint-Just foram presos e guilhotinados em seguida. A alta burguesia voltava ao poder através dos girondinos.

5. Contra-revolução burguesa

O poder da Convenção caiu nas mãos do *Pântano*, movimento formado por elementos da alta burguesia, de duvidosa moralidade pública e grande oportunismo político. Ligados aos girondinos, instalaram a *Reação Termidoriana*. Os clubes jacobinos foram fechados. Preparou-se nova Constituição, a do ano III (1795), que estabelecia um executivo com cinco diretores eleitos pelo legislativo, o *Diretório*. Os deputados comporiam duas câmaras: o *Conselho dos 500* e o *Conselho dos Anciãos*.

A configuração política da Assembléia mudou: no centro, os girondinos, que tinham deposto Robespierre; à direita, os realistas, que pregavam a volta dos Bourbon ao poder; à esquerda, jacobinos e socialistas utópicos, que reclamavam medidas de caráter social.

Os *diretores* equilibravam-se em meio a golpes, da esquerda e da direita. Em 1795, os realistas tentaram dar um golpe, abafado por um jovem oficial, Napoleão Bonaparte, presente em Paris por acaso. Como recompensa, ele recebeu dos diretores o comando do exército na Itália.

Em 1796, estourou a conspiração jacobina do Clube de Atenas. No ano seguinte, foi a vez dos realistas, derrotados novamente, pelo general

Augereau, enviado por Napoleão, que acabava de assinar uma paz vantajosa com a Áustria. Em 1798, os jacobinos venceram as eleições. A burguesia queria paz. Queria um governo forte que conduzisse a França à normalidade. Alguns diretores, como Sieyès e Ducos, prepararam o golpe que levaria Napoleão ao poder, em 9 de novembro de 1799 — ou *18 Brumário*. Napoleão evitaria as tentativas jacobinas de tomar o poder, consolidando o poder da burguesia no contexto da Revolução. Uma revolução cujos ideais não tardariam a repercutir em longínquas terras, inclusive no Brasil.

Questões propostas

1. Por que a Revolução Francesa foi um marco na Era das Revoluções Burguesas? Compare-a à Revolução Inglesa, no século anterior.

2. Resuma a situação da sociedade francesa pré-revolucionária.

3. O que fez o rei para barrar o descontentamento e a reivindicação do terceiro estado pelo fim dos privilégios? Qual era seu verdadeiro objetivo?

4. Diante da intransigência dos estados dominantes, o que fizeram os representantes eleitos pelo terceiro estado para a Assembléia?

5. Resuma a escalada de fatos que vai de 13 de julho a 26 de agosto de 1789.

6. O que foram as jornadas de outubro?

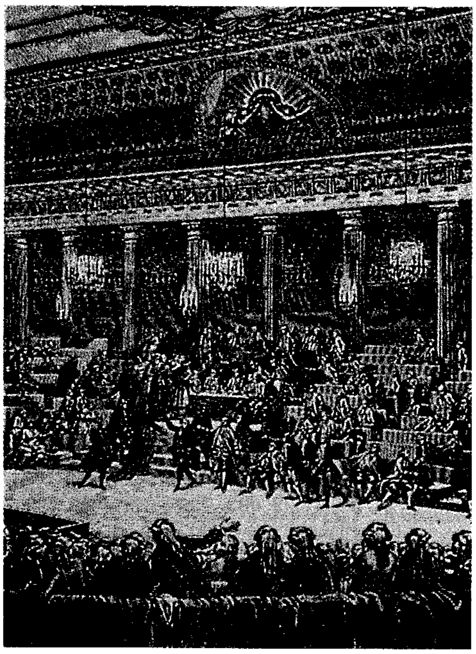
7. O que de mais importante aconteceu em 1790? E em 1791?

8. O que fizeram os inimigos da Revolução, estrangeiros e franceses emigrados, para tentar esmagá-la? O que aconteceu com eles? E com o rei?

9. O que foi a Convenção? Como se compunha? Que foi o Terror?

10. O que significa a Reação Termidoriana? Como começa e termina esta fase?

Mulheres de Paris marcham sobre Versalhes em outubro de 1789.



Reunião da nobreza na primeira etapa da Revolução Francesa.